



Incêndio na boate Kiss: o papel da TV Santa Maria na cobertura da tragédia¹

Anelise Schütz Dias²

Universidade Federal de Santa Maria, RS

Resumo: O relato escrito do vivenciado durante grandes coberturas guarda em si a potencialidade de conservar detalhes que, progressivamente, a memória do repórter deixa escapar. O presente trabalho tem a pretensão de, em um relato em primeira pessoa, mostrar como foi construída a cobertura do caso boate Kiss por repórteres de uma televisão comunitária local. Os conceitos de comunicação comunitária que serão visitados ao longo desse artigo são da teórica Cicilia Maria Peruzzo, que estuda a questão das televisões comunitárias no Brasil e também dos modos de articulação entre as mídias locais, regionais e nacionais.

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior, no DT Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Estudante de Graduação do 7º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: anelisesdias@gmail.com



Palavras-chave

Boate Kiss; Cobertura; Comunicação Comunitária; TV Santa Maria.

Introdução

Nesses quatro anos de graduação, elaborei variadas publicações baseadas na observação, teorização e crítica ao trabalho de outros jornalistas e de veículos de comunicação. É inegável que a observância que nos leva a conclusões acerca do campo jornalístico, das forças de poder que nele interferem e das condições em que determinadas coberturas são realizadas é sempre uma tarefa árdua e reflexiva. Neste trabalho, porém, me proponho a uma forma de análise que exige uma habilidade pouco versada no ambiente das redações: a reflexão e autocrítica da atividade jornalística desempenhada.

Neste artigo, farei um relato sobre a cobertura dos eventos posteriores ao incêndio na boate Kiss – que ocorreu no último dia 27 de janeiro, no município de Santa Maria-RS e vitimou 241 pessoas – realizada pela TV Santa Maria, emissora comunitária local, na qual atuo como repórter e produtora. O papel da comunicação comunitária na cobertura da tragédia da boate Kiss e articulação da mídia local com a mídia nacional será discutido ao longo do texto. Para tal, serão utilizadas, principalmente, as questões acerca da comunicação comunitária propostas pela teórica Cicilia Maria Peruzzo.

Incêndio na boate Kiss e o anúncio de uma cobertura organizada às pressas

Madrugada de 27 de janeiro de 2013. Por volta das 3h30, carros do Corpo de Bombeiros de Santa Maria sobem às pressas as ruas do centro do município, seguidos por ambulâncias de diferentes instituições de saúde da cidade. Dezenas de jovens correm descalços em direção à Rua dos Andradas. “Fogo, fogo na Kiss. Tem gente lá dentro ainda”, ouço de um jovem que grita ao telefone. Há seis quadras do local do incêndio, percebo, pelo desespero estampado no rosto das pessoas que sobem a Rua Venâncio Aires em direção à Kiss, que provavelmente estávamos frente a um fato de proporções maiores do que até então imaginávamos. Atônita, despeço-me dos meus amigos e retorno para casa, de táxi. No caminho, o taxista me informa que colegas dele



estão ajudando no traslado das vítimas até os hospitais e que já passam de vinte pessoas feridas. Entro em casa e, a primeira coisa que faço, é conectar-me às redes sociais. Confirmo a informação: incêndio na boate Kiss, cerca de dez vítimas fatais. Passo, então, a acompanhar as notícias transmitidas pela rádio Gaúcha, que é uma das primeiras a chegar ao local. Às 7h, o número já havia sido multiplicado por nove. Mais corpos permanecem no interior da casa noturna. Dentre as pessoas que estavam lá dentro, inúmeros conhecidos. Nenhuma vítima ainda havia sido identificada. Chamada às pressas, com orientações prévias via telefone, por volta das 7h30, a equipe da TV Santa Maria se organiza para acompanhar os desdobramentos da tragédia. Naquele momento, um dos repórteres se dirige até à boate para acompanhar o cinegrafista que já estava no local. Cerca de trinta minutos depois, a TV inicia a transmissão ao vivo, que permanece mais de doze horas ininterruptas no ar e acompanha o desdobramento da tragédia, desde a retirada dos corpos até a divulgação da listagem das vítimas fatais.

Comunicação comunitária enquanto papel social

De acordo com Peruzzo (2006), o conceito de *comunicação comunitária* tem origem na comunicação que nasce a partir dos movimentos populares dos anos 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina, os quais reivindicam a participação democrática no fazer comunicacional. Essas organizações lutavam pela implantação de um modelo de comunicação no qual atores sociais que não encontravam espaço nos meios hegemônicos pudessem se expressar. Por seu caráter popular, essa forma de comunicação foi também denominada participativa, horizontal, dialógica, sendo a sua nomenclatura variante de acordo com o local e com a maneira que foi posta em prática. Por diversas lutas desses movimentos, a comunicação comunitária se desenvolveu como potencial instrumento na construção de uma sociedade mais igualitária e justa, na qual o acesso à informação deve consistir em um direito de todos.

De modo sintético, a partir da concepção da autora, pode-se entender a comunicação comunitária como um processo comunicacional que emerge de uma ação de caráter mobilizador coletivo, que tem o sentido político assegurado no “fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização, visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política” (PERUZZO, 2006, p.2).



Brandão (2009, p.7), que busca o entendimento das diferentes acepções do conceito de *Comunicação Pública*, e a compreende, dentre outras maneiras, como uma “comunicação pública identificada com estratégias de comunicação da sociedade civil organizada”, trata essa forma de comunicação como sinônimo da comunitária e/ou alternativa, que é, para ele, é praticada a partir de uma tomada de consciência de que “as responsabilidades públicas não são exclusivas dos governos, mas de toda a sociedade.” (ibid, 2009, p.7).

Jaramillo (apud Duarte, 2009), por sua vez, entende a comunicação pública e a informação como bens públicos, que devem estar a serviço da sociedade:

Quando se entende a natureza coletiva, pública da comunicação e se deixa de obedecer a um propósito particular, muda a intenção, se comunica com outra intenção, com uma intenção coletiva e isto obriga a recolocar todos os papéis, a olhar de outra maneira o papel que cumprem os sujeitos que interatuam na comunicação coletiva. E este comunicar coletivo em função de um interesse coletivo deve levar em direção à mobilização. (2009, p.8)

Neste sentido, aplicam-se os “oito princípios” da comunicação pública, elencados durante o III Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisas em Comunicação, sediado em São Paulo, em 2005, pelo então Ministro-chefe da Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (Secom), Luiz Gushiken, à comunicação comunitária como prática:

O direito do cidadão à informação, como base para o exercício da cidadania; o dever do Estado de informar, zelando pelo conteúdo informativo, educativo e de orientação social daquilo que divulga; a comunicação pública como instrumento do diálogo, interatividade e envolvimento do cidadão nas políticas públicas e não como instrumento de promoção pessoal dos agentes públicos; a importância da qualidade na comunicação dos serviços públicos e dos valores da ética, transparência e verdade”. (apud Monteiro, 2009, p. 34)

O interesse público, que é um dos pressupostos da comunicação que se destina às comunidades, não é estático. Ele varia de comunidade para comunidade, de organização social para organização social. Faria (2009, p.175) esclarece de modo pontual essa questão: “interesse público não existe em si, ou por si mesmo, mas trata-se de um emaranhado de interesses, de confrontos discursivos, ancorados nos processos sociais em curso. Múltiplos atores e manifestações sociais, às vezes provisórios, às vezes com movimentos pendulares”.



Por isso, se a imprensa se apresenta como o espelho da sociedade, conforme o proposto por alguns teóricos da comunicação, ela deve, de acordo com Faria, “reproduzir uma imagem cheia de nuances, repleta de pontos de vista e de abordagens diferentes para os mesmos temas (e não uma visão única, esquemática, reducionista sobre quase todos os temas)”, já que as vozes que ecoam no corpo social não são uníssonas nem necessariamente convergentes. É o fato de dar espaço para as diferentes vozes concedidos pela comunicação comunitária que a diferencia da comunicação comercial. A mídia local, seja ela comercial ou não, segundo Peruzzo (2005, p.75), “se ancora na informação gerada dentro do território de pertença e de identidade em uma dada localidade ou região”. O que estabelece esse sentimento de pertença não é nem tanto o espaço geográfico, mas as identificações psicoafetivas com o território. Já a comunicação comunitária está ainda mais identificada com o local, através dos vínculos sociais, do processo produtivo e dos conteúdos. Para ela, os veículos comunitários “em geral, abordam assuntos que afetam diretamente a vida das populações em seu local de moradia e na vida cotidiana, a partir da mobilização social” (PERUZZO, 2005, p.76).

Em um trecho adiante, Peruzzo sintetiza a vinculação da mídia local ao território:

Enfim, a mídia de proximidade caracteriza-se por vínculos de pertença, enraizados na vivência e refletidos num compromisso com o lugar e com a informação de qualidade e não apenas com as forças políticas e econômicas no exercício do poder (2005, p.81)

Do funcionamento das TVs comunitárias

O espaço para canais comunitários surgem com a promulgação da Lei da TV a Cabo (nº 89.777, datada em 6 de janeiro de 1995) e do Decreto Lei 2.206 (datado em 14 de abril de 1997), que delibera que as empresas que possuem concessões para operar o sistema de televisão a cabo devem destinar seis canais para o uso gratuito de entidades sem fins lucrativos, sendo um deles destinados à televisão comunitária.

De acordo com Peruzzo (2000, p.12), apesar da lei que permitiu a criação dos canais comunitários ser de 1995, eles só começam a surgir, na prática, no ano seguinte:

tal ocorrência se explica pelo fato da Lei ter, em certa medida, se antecipado às reais condições de utilização de um canal de televisão por parte das organizações sociais e comunitárias. Em outras palavras, as organizações do terceiro setor não estavam preparadas para assumirem de uma hora para outra a gestão e operacionalização de um canal de televisão, nem tinham recursos financeiros para tanto.



A autora elenca ainda uma série de aspectos que diferenciam os canais comunitários dos comerciais, os quais podem ser sintetizados em: sua operacionalização é garantida por lei; são gerenciados por associações comunitárias que devem obedecer a estatuto e regimentos próprios; tem espaço de acesso gratuito às entidades não governamentais e sem fins lucrativos; programação construída junto das entidades e dos atores sociais; programação plural e variada; tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento comunitário e promover o acesso à educação e à cultura; autosustentação financeira por meio de apoios culturais; audiência ampla e heterogênea.

A TV Santa Maria

A TV Santa Maria é uma emissora comunitária local, veiculada por meio do canal 19 da NET, que realiza transmissões ao vivo desde agosto de 2010 e é dirigida pela Associação TV Santa Maria, entidade sem fins lucrativos, composta por lideranças do município, empresários, advogados e professores da Universidade Federal de Santa Maria.

A Associação TV Santa Maria conta com Conselho Diretor (presidente, vice-presidente, vice-presidente financeiro e secretário e vice-presidente jurídico), Conselho Fiscal e também Conselho de Programação e de Ética, que deliberam questões relacionadas a programação produzida pela SM Vídeo Produtora, empresa contratada para a operacionalização da TV, que é dirigida pelos empresários André Trevisan e Airton do Amaral Leal, que é também o jornalista responsável pela coordenação do telejornalismo da emissora.

Na equipe de telejornalismo, também trabalham uma coordenadora adjunta de telejornalismo, que é graduanda em jornalismo, dois estagiários também graduandos em jornalismo, dois cinegrafistas e dois editores de vídeo. Em coberturas especiais, a TV conta com a ajuda de colaboradores voluntários, como o coronel aposentado do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar de Santa Maria, e hoje vereador, Cel. João Ricardo Vargas, que ancorou as primeiras horas da cobertura extraordinária da tragédia na boate Kiss.

A sustentação financeira da TV é garantida por apoios culturais de empresas e entidades do município e pelo repasse de verba governamental aos canais comunitários, que é, na maioria das vezes, ínfimo. O orçamento reduzido impossibilita a expansão da equipe e também, muitas vezes, a aquisição de novos aparatos técnicos. A TV não



possui, por exemplo, equipamentos que permitam a viabilização de uma cobertura externa ao vivo. Nas poucas ocasiões em que a emissora pôde realizar esse tipo de transmissão, a ação somente pode ser concretizada a partir de uma parceria firmada com uma empresa que terceiriza esse serviço. A emissora também não possui carro de reportagem próprio, de modo que o deslocamento para locais mais afastados da sede da TV dependem, necessariamente, de táxi. Apesar dessas dificuldades, a TV Santa Maria conseguiu realizar de modo satisfatório a cobertura dos eventos posteriores ao incêndio na boate Kiss.

Da cobertura

Sem reunião de pauta prévia, articulou-se a cobertura extraordinária que teve início às 8h30. Fomos a primeira televisão a entrar ao vivo com as informações sobre o incêndio na boate Kiss e, por doze horas ininterruptas, acompanhamos desde a retirada dos corpos do interior da casa noturna até a identificação da última vítima e o início dos velórios coletivos.

No estúdio, contamos com a ancoragem do apresentador do programa *Cidadania e Segurança Pública*, que é exibido pela emissora, Cel. João Ricardo Vargas. Por sua formação profissional – é coronel aposentado do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar de Santa Maria e vereador – teve papel fundamental na transmissão: soube identificar, desde as primeiras informações obtidas, quais eram as responsabilidades dos agentes públicos e como a população poderia ajudar no trabalho dos órgãos oficiais. Vargas, apesar de não possuir formação na área da Comunicação Social, soube comunicar à comunidade sem alarmá-la ainda mais. Em meio ao caos da cidade, ele foi uma voz de comando, que ajudou a articular os primeiros pedidos por voluntários para ajudar no acolhimento e cuidado dos familiares das vítimas, que não tardaram a se apresentar no local solicitado. Coronel Vargas ancorou durante toda a manhã, até a chegada do responsável pelo telejornalismo da emissora, Airton do Amaral Leal, que estava em viagem e que, por telefone, havia designado as coordenadas iniciais da cobertura.

A coordenadora adjunta de telejornalismo ficou responsável pela produção nos bastidores da cobertura e dois repórteres foram posicionados nos locais onde se desenrolavam os principais fatos: um deles em frente à boate Kiss, de onde os bombeiros retiraram corpos até por volta das 10h, e o outro, que era eu, foi enviado para



o Centro Desportivo Municipal (CDM), no qual seria montada a estrutura para o reconhecimento das vítimas fatais pelos familiares.

O repórter em frente à boate esteve acompanhado de um cinegrafista e, a cada intervalo de cerca de quinze minutos, produziu boletins informativos que eram levados até a emissora, que fica aproximadamente três quadras de distância do local do incêndio. Já eu fui a realizar inserções ao vivo, por telefone, a cada nova informação sobre como se daria o reconhecimento dos corpos. As imagens feitas pelo nosso cinegrafista em frente a Kiss durante os primeiros momentos do incêndio foram cedidas à Agência France-Presse e foram as primeiras cenas da tragédia a rodar as televisões do mundo.

Já no CDM, optei por transmitir as informações que pudessem, de alguma forma, ser úteis naquele momento. Talvez pela noção do papel da comunicação comunitária que nos é inculcado diariamente em nossa rotina de produção, talvez pelo sentimento de pertença e de partilha do mesmo sentimento de dor e luto – afinal, sou aluna da Universidade Federal de Santa Maria, moro no município desde 2007 e frequentava a casa noturna junto com os meus amigos – me detive a informar apenas o que sentia ser necessário, o que para mim serviria de orientação, caso fosse eu ali, buscando por um familiar.

Enquanto telejornais do mundo inteiro noticiavam o fato, exibindo repetidamente as imagens dos primeiros momentos do incêndio, e procuravam situar o telespectador sobre as causas do incêndio, sobre onde fica o município de Santa Maria, o que era a boate Kiss, para nós, como imprensa local e comunitária, o caminho a ser seguido era outro. Devido à nossa vinculação com o território e, principalmente, o nosso compromisso com a sociedade, se fazia desnecessária a explicação dessas questões. Nosso papel era buscar informações que pudessem orientar as ações de uma comunidade que acordou, naquela manhã de domingo, aturdida pelo som do vai-e-vem das sirenes de ambulâncias e viaturas das polícias que tomaram as ruas centrais de Santa Maria.

Nas primeiras horas da manhã, não se sabia ainda quem eram as vítimas. Familiares e amigos procuravam por pessoas que estavam na boate e que, até o momento, não haviam sido encontradas. Muitos percorriam os hospitais tentando encontrar quem procuravam. Outros faziam vigília no entorno do CDM em busca de informações oficiais. Havia, ainda, os que seguiram em frente à casa noturna acompanhando a retirada dos corpos. No entorno do Centro Desportivo, foram



colocados cordões de isolamento para que os órgãos oficiais pudessem organizar a estrutura para o reconhecimento das vítimas. Muitos, no desespero de falar com alguma autoridade, tentavam transpor à força o cordão. A imprensa foi posta dentro da área de isolamento e pode coletar, assim, as primeiras informações oficiais, que aos poucos foram sendo articuladas. A esquemática inicial da comunicação era: de hora em hora, o major Cleber Bastianello, comandante do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar de Santa Maria e responsável pela força-tarefa, concederia entrevista coletiva à imprensa com novas informações, que deveriam ser repassadas à comunidade.

Devido à falta de condições técnicas para transmitir as imagens, a cada nova coletiva, fiquei responsável por articular a comunicação com o estúdio, via telefone, para que o áudio fosse transmitido, em tempo real, durante a ancoragem. Após o término da coletiva, retomava, ao longo de outras inserções, as informações principais repassadas pelo major. A intenção primordial era que pudéssemos orientar para onde as pessoas deveriam se dirigir para o reconhecimento dos corpos, de que maneira funcionaria a logística da estrutura organizada para esse reconhecimento, além de atualizar constantemente dados como o número de vítimas e de feridos que se encontravam sem identificação nos hospitais.

Atendendo ao pedido do major, passamos a solicitar à comunidade a doação de alimentos, água e produtos de higiene. A informação de que era necessário o auxílio de profissionais da área da saúde já havia sido veiculada, como dito anteriormente, e um número para além do necessário de médicos, enfermeiros e psicólogos voluntários havia se apresentado, de modo que foi preciso realoca-los nos hospitais e pronto-atendimentos nos quais também era preciso ajuda.

Em menos de uma hora, começaram a ser entregues fardos de água, alimentos, produtos de higiene e, juntos desses produtos, se apresentaram voluntários dispostos a ajudar a distribuir os alimentos, a limpar e organizar o local e no que mais se fizesse preciso.

A necessidade de instruir a comunidade e de estabelecer redes de solidariedade nos pareceu, nestes momentos, muito maior do que a de relatar a dor e o desespero que víamos no rosto dos que ali chegavam. O interesse do nosso público e a demanda dele por informações era, certamente, diferente dos públicos não atingidos diretamente pela tragédia, e, por isso, o nosso posicionamento precisou ser diferente.



No final da manhã, repórteres de diferentes redes de comunicação, as quais até então veiculavam apenas informações repassadas pelas filiadas locais, chegavam à Santa Maria. A maioria deles parecia ainda não estar ambientada com o local e, por isso, nos solicitavam informações constantemente. Queriam saber quem eram os donos da boate, como funcionavam as festas universitárias em Santa Maria, qual era o nome do prefeito e de seus secretários mais próximos, quem eram as pessoas que surgiam e eram interpeladas pela imprensa local em massa. Nesse ínterim, dividi-me entre enviar informações ao estúdio e ajudar outros repórteres. Por telefone, atendi a uma rede de televisão de Londres, que me solicitou que fizesse um boletim sobre o que eu estava vendo no Centro Desportivo Municipal. Durante as coletivas, não poucos eram os repórteres de fora do município que, com o microfone posicionado próximo ao entrevistado, perguntavam ao jornalista ao lado quem era aquela pessoa e porque ela estava concedendo tal pronunciamento. Pareciam ansiosos por não perder nenhuma informação. Porém, algumas dessas falas, estritamente ligadas ao cenário local, pouco sentindo pareciam fazer para o resto do país.

A nós interessou desde o primeiro momento a precisão da notícia. Por isso, somente informamos o que havia de oficial. Apesar de termos evitado especulações e informações extraoficiais, algumas vezes precisamos ratificar o que era informado, pois, até mesmo entre as fontes oficiais havia uma certa confusão, principalmente no que se referia aos dados parciais das vítimas da tragédia, que era corrigidos a cada nova informação confirmada pelos hospitais. Apesar das limitações técnicas, da falta de material audiovisual, que não é comum ao meio televisivo, a nossa cobertura foi acompanhada por uma parcela significativa da comunidade de Santa Maria e região. Nos dias anteriores à tragédia, o www.santamaria.tv.br, página oficial da TV, que retransmite em tempo real a programação do canal 19 da NET, alcançava cerca de dois mil e quinhentos acessos diários. No domingo, 27 de janeiro, como mostra a tabela abaixo, foram 24.723 acessos registrados. E, no dia seguinte, quando foram transmitidas informações sobre os velórios coletivos e entrevistas que buscavam discutir as causas, as proporções da tragédia e o que poderia ser feito para ajudar os familiares e amigos das vítimas, foram registrados 8.069 acessos. Durante toda a semana foram recebidos nos estúdios da TV Santa Maria psiquiatras, médicos pneumologistas, assistentes sociais, Defesa Civil, Secretaria de Assistência Social do Município, Secretaria de Saúde, advogados criminalistas, especialistas em redes sociais para alertar sobre os riscos de determinadas informações postadas na internet, delegados e promotores



envolvidos na investigação do caso, voluntários, pessoas que auxiliaram no resgate das vítimas e diversos outros agentes sociais que, puderam, de alguma forma explicar o emaranhado de fatos e negligências que culminaram no incêndio da boate Kiss.

Número de acessos por dia – Televisão Santa Maria

Data	Número de Acessos
24/01/13	2409
25/01/13	2494
26/01/13	2382
27/01/2013	24.723
28/01/2013	8069
29/01/2013	5.076
30/01/2013	3.866

Fonte: Google Analytics

Conclusão

Concluo esse artigo com a certeza de que a cobertura do caso boate Kiss ainda não está encerrada. O julgamento das denúncias apresentadas pelo Ministério Público, com base no maior inquérito que a Polícia Civil do Rio Grande do Sul já produziu, conforme afirmado pelo delegado estadual Ranolfo Vieira Junior, ainda será noticiado diversas vezes, pelos próximos anos. A memória das vítimas também será relembrada pela imprensa em determinados períodos. Ainda é cedo para avaliarmos a cobertura realizada pela imprensa em geral. Tenho dúvidas, até mesmo, se um dia teremos o distanciamento necessário para que este seja o nosso objeto de estudo. Por isso, vejo no relato a importância de guardarmos a memória do repórter local, que, até mesmo por defesa psíquica, deixa se esvaírem os detalhes da cobertura de uma tragédia que nunca pensamos vivenciar. Fica aqui, portanto, o registro de que, apesar da carência de condições técnicas e do quadro profissional reduzido, é possível cumprir o nosso papel enquanto comunicadores. A TV Santa Maria foi o canal que cobriu, ao vivo, durante o maior período, unicamente os fatos relacionamentos à tragédia. A vinculação com o território e, principalmente, a identificação psicoafetiva com a comunidade, da qual também fazemos parte, não permitiu que trabalhássemos de outro modo. Da forma com



que nos foi possível, nos articulamos com o global, mas, em momento algum, esquecemos quem era o nosso público e o que de nós ele esperava.



Referências bibliográficas

BRANDÃO, E. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. (p. 1-33)

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. (p. 59-71)

FARIA, A. Imprensa e Interesse Público. In: DUARTE, Jorge. Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTEIRO, G. F. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. (p. 34-46)

PERUZZO, C. TV Comunitária no Brasil: Aspectos Históricos. Braga: Universidade Beira Interior, Portugal. 2000.

PERUZZO, C. Televisão comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia **local**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. 197 p.

PERUZZO, C. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. In: Revista *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: Poscom-Umesp. A.26.n43, p.67-84, 1o. sem. 2005.